

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-30-6

DOI 10.22533/at.ed.306201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE NA ESCOLA: O MUNICÍPIO DE ITAPETINGA - BA EM DISCUSSÃO	
Murilo Marques Scaldaferrri Jamine Barros Oliveira Araújo Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3062013021	
CAPÍTULO 2	9
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO AMAZONAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE REGIONAL	
Izoni de Souza Trindade Rosimeri da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3062013022	
CAPÍTULO 3	20
PRÁTICA EDUCATIVA NO AEE: ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Thalia Costa Medeiros Najra Danny Pereira Lima Mayanny da Silva Lima Gilma Sannyelle Silva Rocha Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva Maria Camila da Silva Mychelle Maria Santos de Oliveira Telma de Jesus Lima Sá Nascimento Mariangela Santana Guimarães Santos Maria Helena Rodrigues Bezerra Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha Ana Paula Carvalho de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.3062013023	
CAPÍTULO 4	34
PRÁTICAS DOCENTES DE LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Heronita Maria Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.3062013024	
CAPÍTULO 5	45
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA	
Nereda Lima de Carvalho Cleres Carvalho do Nascimento Silva Hávila Sâmua Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3062013025	

CAPÍTULO 6	54
PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA: MOVIMENTOS DE INVENÇÃO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO E PESQUISAS OUTRAS	
Ana Cláudia Barin Angélica Neuscharank Vivien Kelling Cardonetti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013026	
CAPÍTULO 7	69
PROFESSORA OU TIA? IMPRESSÕES DE PROFESSORAS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC	
Jessica Rautenberg Júlia Graciela de Souza Antonio José Müller	
DOI 10.22533/at.ed.3062013027	
CAPÍTULO 8	75
PROJETO PEDAGÓGICO CULTURAL: O CARÁTER <i>SUI GENERIS</i> DE UMA ESCOLA RESIDÊNCIA INOVADORA	
Mateus Geraldo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.3062013028	
CAPÍTULO 9	95
A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB O PRISMA DOS ESTÁGIOS MORAIS DE LAWRENCE KOHLBERG	
Vágner Silva da Cunha Silvana Maria Gritti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013029	
CAPÍTULO 10	105
RECONHECENDO AS DIFERENÇAS E CRIANDO POSSIBILIDADES: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Maria Rosilene de Sena Rosélia Neres de Sena Marques Italo Rômulo Costa Da Silva Arianne Siqueira Marques Melo Tatielli Costa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.30620130210	
CAPÍTULO 11	113
RECURSOS, ANALOGIAS E ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DO ÁTOMO QUÂNTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ENCORAJAMENTO	
Danilo Cardozo Flôres Kamilla Rodrigues Rogerio	
DOI 10.22533/at.ed.30620130211	
CAPÍTULO 12	129
REDES E MÍDIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE USO POR DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR	
Wilsa Maria Ramos	

Ravena Nóbrega Bufolo
Maria Julia Bueno Spohr
Lisa Ferreira de Miranda
Lucas Santos Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130212

CAPÍTULO 13 143

REFLEXÕES NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANDREIA INES DILLENBURG
Aruna Noal Correa
Felipe Pedrozo Maia
Gabriel Marchesan
Mauricio Pase Quatrin
Vanderlan Dupont de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130213

CAPÍTULO 14 158

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariana Lucas Mendes
Regiane Aparecida da Silva
Cristiane Maria Ribeiro
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.30620130214

CAPÍTULO 15 167

REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE TUTORIA PARA POTENCIALIZAR AS AÇÕES DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES VIRTUAIS

Tereza Cristina Mendes Vieira
Grace Fernanda S Nunes

DOI 10.22533/at.ed.30620130215

CAPÍTULO 16 178

RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E CULTURA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DOS VALORES

Bianca Silva Martins
Denize Amorim Azevedo Mendes
Josely Ferreira Ribeiro
Vanessa Serafim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.30620130216

CAPÍTULO 17 187

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BREVE INCURSÃO SOBRE A LEI Nº 10.639/2003 E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DISCURSOS DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Taylon Silva Chaves
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30620130217

CAPÍTULO 18	194
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Heitor Messias Reimão de Melo Fernando Sabchuk Moreira Valquiria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Marilurdes Cruz Borges Melissa Camilo Monica Soares Vanessa Cristina Scaringi	
DOI 10.22533/at.ed.30620130218	
CAPÍTULO 19	216
REVISITANDO A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E CIVIS DA PATERNIDADE HOMOPARENTAL	
Jacson Gross	
DOI 10.22533/at.ed.30620130219	
CAPÍTULO 20	226
SALA VERDE: ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Iomar Maria Salina da Costa Leonardo Villela de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130220	
CAPÍTULO 21	239
SER JOVEM E VIVER A JUVENTUDE NO CAMPO: DIÁLOGOS INSURGENTES	
Delson Miranda Santos Jurandir de Almeida Araújo Deyse Luciano de Jesus Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130221	
CAPÍTULO 22	253
SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA	
Cristiane Gomes Guimarães Suellen Cristina Moraes Marques Renan Júnio Miranda Gislayne Elisana Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.30620130222	
CAPÍTULO 23	263
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA	
Eder Alonso Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130223	

CAPÍTULO 24	273
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Carlos Erick Brito de Sousa Dionísia Fernanda Paixão Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130224	
CAPÍTULO 25	286
UM OLHAR ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) SOBRE O VIÉS DA EDUCAÇÃO	
Eliana Thomas Lima Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto José Fernandes Vilas Netto Tiradentes Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães	
DOI 10.22533/at.ed.30620130225	
CAPÍTULO 26	293
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NA ESCOLA: UMA QUESTÃO VOLTADA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM AOS ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB	
Maria Helena de Lima Gomes e Martins Luciano de Brito Junior Maria das Graças Veloso Marinho de Almeida Veneziano Guedes de Sousa Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.30620130226	
CAPÍTULO 27	304
UMA VISÃO SOBRE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS DE MÚSICA	
Obadias de Oliveira Cunha Helena de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.30620130227	
CAPÍTULO 28	313
UTILIZAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO E CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM CURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DE INFORMÁTICA	
Laurentino Augusto Dantas André Carvalho Baida	
DOI 10.22533/at.ed.30620130228	
CAPÍTULO 29	324
VAMOS APRENDER A LER? DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO LINGUÍSTICO QUE ENVOLVE A APRENDIZAGEM DA ESCRITA	
Milena Beatriz Vicente Valentim	
DOI 10.22533/at.ed.30620130229	
SOBRE A ORGANIZADORA	338
ÍNDICE REMISSIVO	339

SALA VERDE: ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Data de aceite: 31/01/2020

Data de submissão: 09/ 11/ 2019

Iomar Maria Salina da Costa

SEEDUC-RJ

Nova Iguaçu- RJ

<http://lattes.cnpq.br/2937094134583514>

Leonardo Villela de Castro

UNIRIO – Departamento de Didática

Rio de Janeiro - RJ

<http://lattes.cnpq.br/7052495971723416>

RESUMO: Este artigo procura trazer uma reflexão sobre a dinâmica da Educação Ambiental- EA no Brasil, através das políticas públicas. A busca desse conhecimento foi a motivação do Trabalho de Conclusão de Curso EaD CEDERJ/UNIRIO, de Licenciatura em Pedagogia e este artigo é parte do entendimento que a pesquisa nos legou. Há acordo que as práxis em Educação Ambiental nos espaços de formação, precisam ser críticas, transdisciplinares e envolver a diversidade dos grupos sociais, para assim, propiciar novo relacionamento entre indivíduos e seu espaço, pela construção de nova consciência sobre a vida e seus aspectos, conduzindo a um modo de sociabilidade sustentável. Ainda assim, não são raros os flagrantes de imperícia, nos modelos de práticas escolhidas,

ou na percepção do alcance dessas mesmas práticas, por parte de agentes na educação Formal e Não Formal também. Portanto, foram elencadas ações efetivas do poder público identificando a pedagogia do Estado Brasileiro para cumprimento de sua responsabilidade com a sustentabilidade ambiental. Especificamente, apresentaremos a Sala Verde ao leitor, que é uma das vertentes da Linha de Ação do Programa Nacional de Educação Ambiental- ProNEA, a Educomunicação. Como metodologia, além da apreciação de referencial teórico sobre as políticas públicas de EA e seu conceito, houve visita técnica a Sala Verde Tapinhoã, Mesquita, RJ. Ao final, ficará fácil concluir que há uma estrutura de gestão com ação regional e farta produção teórica, para suporte do fazer e conhecer EA. Que há fragilidades nas Salas Verdes, que comprometem uma prática com mais eficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Políticas Públicas, Educomunicação.

GREEN CLASSROOM: SPACE FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT: This article seeks to bring a reflection on the dynamics of Environmental Education - EA in Brazil, through public policies. The pursuit of this knowledge was the motivation of an E-learning CEDERJ/UNIRIO Final Paper,

Degree in Pedagogy and this article represents part of the understanding this research bequeathed us. There is agreement regarding the Environmental Education praxis in training spaces, establishing it needs to be critical, transdisciplinary and involve the diversity of social groups in order to provide a new relationship between individuals and their space, by building a new awareness about life and its aspects, leading to a sustainable way of life. Still, the flagrant malpractices are not uncommon, in the models of techniques chosen, or in the scope perception of these same techniques, by agents in Formal and Non-Formal Education as well. Therefore, effective actions from public power were listed identifying the Brazilian State's pedagogy to fulfill its responsibility for environmental sustainability. Specifically, we will introduce the Green Classroom to the reader, which is one of the branches from the Action Line of the National Program for Environmental Education - ProNEA, Educommunication. As a methodology, in addition to the theoretical framework analysis on EA public policies and its concept, a technical visit to the Green Classroom Tapinhoã, Mesquita, RJ was held. In the end, it will be easy to conclude that there is a management structure with local action and abundant theoretical production, to support performing and getting to know EA. That there are weaknesses in the Green Classrooms, which compromise a more efficient practice.

KEYWORDS: Environmental Education, Public Policies, Educommunication

1 | INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental veio ganhando espaço no cenário internacional, à medida que a lógica da economia capitalista redimensionava a importância do próprio ser humano. As questões econômicas no mundo vão assumindo um lugar de destaque, distanciando a passos largos o homem do meio ambiente natural, desapropriando-o deste. A artificialidade do espaço contemporâneo e o grande poder assumido pela tecnologia e a ciência, parecem razões suficientes e legítimas, para utilização indiscriminada dos recursos naturais, na busca constante de inovações e variedades na oferta de bens. Concomitantemente, a concorrência no mercado global e a intenção de padronizar gostos, por exemplo, vem interferindo incisivamente nas relações interpessoais e no comportamento dos grupos humanos no espaço que habitam, realinhando suas culturas. Proporcionalmente o meio ambiente vem conhecendo intensa degradação, comprometimento severo dos ecossistemas e a sociedade, sem forças, para recusar esse risco ambiental cotidiano e eminente. A compreensão dos problemas ambientais, com conscientização de cada indivíduo, para mudança no modo de vida, parece ter na educação o único caminho seguro. Parte necessariamente de mudança de percepção do próprio ambiente, pelo sujeito.

A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável foi instituída em dezembro de 2002 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução nº 57/ 254. A resolução encomenda à UNESCO a elaboração de um plano, enfatizando o papel da educação na promoção da sustentabilidade.

A organização que estrutura a educação para a sustentabilidade ambiental no Brasil está posta em dois grandes ramos: Educação Formal e Educação Não Formal. A Formal, estabelecida na Lei das Diretrizes Base 9394/96; nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs; nas Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs e nos Regulamentos Estaduais e Municipais para Educação Ambiental EA, nos Sistemas de Ensino. Já as diretrizes organizadoras, que instituem as Políticas de EA na Educação Não Formal, ficam por conta do Departamento de Educação Ambiental-DEA da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental- SAIC, claro que cumprindo o que está definido, pela Política Nacional de Educação Ambiental, reflexo do que determina o Programa Nacional de Educação Ambiental- ProNEA. Muito frequentemente, ambos os ramos se igualam em metodologia, instrumentos, profissionais, saberes e linguagem, por estarem pareados com documentos internacionais e, sobretudo, por terem um único objetivo final: informar e formar para que cada pessoa, possa desenvolver posturas mais conscientes, sustentáveis e serem críticas na análise das múltiplas questões contemporâneas da relação sociedade e natureza.

A educação Nacional, instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana (...) a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social (...) a preparação do cidadão para efetiva participação política (LDB 9394/96 cap.II)

Por certo, ninguém chega a um nível de criticidade, que lhe permita escolhas conscientes, se durante sua formação e vida, for negado o conhecimento dos variados aspectos da vida humana, conjugado às interações para redimensionar as desigualdades sociais.

Ainda sobre a crítica, não deve anteceder ao conhecimento, tão infrutífero quanto, praticar EA desconhecendo seus princípios norteadores. Por considerarmos assim, essa pesquisa é justificada na necessidade, dos atores sociais, que atuam como educadores, dentro ou fora da escola, discernirem a Política de Educação Ambiental Brasileira. Sua filosofia, perspectiva, metodologia, mecanismos de ação. O fazer do educador precisa estar instrumentalizado pela ciência e pelos conhecimentos mundialmente aceitos, se assim não for, reproduzirão o que está posto, e, não contribuirão para a transformação. Acima de tudo a educação hoje deve motivar a reflexão. Sobretudo, em sociedades como no Brasil tão marcadas pela desigualdade.

2 | AS ESCOLHAS DE CAMINHOS- CIDADANIA

Como descrito no resumo, este artigo deu dimensão a pesquisa de um Trabalho de Conclusão de Curso e por ocasião da Semana de Educação Tânia Mara, 2018, que aconteceu na UNIRIO- Urca, RJ, teve sua primeira versão divulgada por Comunicação. Sendo agora reelaborado e atualizado para compor o capítulo desse E-Book.

Nosso ponto de partida foi uma constatação, por ocasião do desenvolvimento de projeto de Educação Ambiental- EA em sala de aula. Sendo percebido grande envolvimento dos alunos e a aprendizagem facilitada, por uma metodologia que abria espaço para a contextualização, interdisciplinaridade, interações com os pares e adição dos conteúdos curriculares. O que ocorria era o que David Ausubel define de aprendizagem significativa, àquela que permite e considera os conhecimentos prévios daquele que aprende. Perceberam o lugar deles, espaço de vivência e perceberam a si mesmo naquele lugar. Aprenderam que as feições do espaço traduzem um tempo histórico, sucessivas construções, que mostram de forma tridimensional a força do trabalho e de uma realidade socioeconômica. As mudanças são parte de um processo de forças externas e internas ao meio ambiente, definindo-os como agentes também. Por certo estamos diante de um caminho novo, uma possibilidade real de usar o conhecimento científico, a tecnologia e a natureza como elementos já indissociáveis, dada a artificialidade dos espaços. O que a ciência apresenta é exatamente o conhecimento ampliado, um aperfeiçoamento do senso comum, para que a vida seja melhor, ao menos deveria ser assim. Da mesma forma a tecnologia deve servir para ampliar capacidades e não incapacitar.

Os problemas ambientais parecem progressivamente agravados pelos efeitos da própria forma como a sociedade se encontra organizada. Além do mais não há consenso sobre os efeitos da tecnologia, do controle da natureza, entre outros aspectos em debate nem mesmo entre os ambientalistas. Se a única possibilidade é pensar a natureza dentro de sistemas ecossociais, todos os cidadãos são convidados, embora de maneira diferenciada a participar de construção de alternativas aos riscos pressentidos e presenciados no presente. (RUSCHEINSKY, 2002, P.74)

Um educador nas diferentes possibilidades de ação e lugares, precisa estar instrumentalizado, negligencia, quando não busca os fundamentos teóricos e metodológicos para sua prática. Negligencia, quando não promove superação de fragilidades, identificadas nas desigualdades que se aprofundam.

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa a superação das injustiças sociais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. (SORRENTINO, 2005, p.287)

Constatado que a prática dos projetos de EA nos variados seguimentos escolares, funciona e agrega valor, portanto torna-se necessário saber seus fundamentos.

3 | O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializados nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando o seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. (SORRENTINO, 2005, p.289)

Ter clareza da natureza da EA e assimilar os propósitos das políticas públicas brasileiras, cria vantagem no jogo para os sujeitos envolvidos e atores sociais. Esse foi o motivo de procurar entender as Políticas Públicas Brasileiras em EA, e clareza no conceito de Educação Ambiental.

O site oficial do Ministério do Meio Ambiente- MMA, traz amplamente toda construção da EA no Brasil, com uma linha de tempo, que permite a compreensão dos avanços e das realidades temporais dessa construção. Sendo possível acessar vários documentos e eventos e visualizar o panorama da política vigente de Educação Ambiental brasileira, que num país tão diverso na cultura e na natureza, ocorre de maneira setORIZADA, adequando a cada realidade regional. Analisando estes documentos é possível constatar, que há um mapeamento dos ecossistemas mais fragilizados, associados às práticas econômicas e cultura local. Portanto, por uma pesquisa bibliográfica é possível reconhecer a estrutura e trama fundamental dessa Política. Recorremos ainda às Leis e Pareceres como a Lei nº 6.938/81, que prevê a inclusão da EA na educação Formal, por ela começou nossa política nacional de meio ambiente. A 6938/ 81, aponta para a necessidade de capacitações dos atores sociais envolvidos na temática, dentro ou fora da escola; o Decreto nº 91.145/85, também a Lei nº 8.490/92, ambos credenciam o fazer do Ministério do Meio Ambiente, com complementaridade. Ainda a Lei 9597/99, que indica o alcance pelo Estado de uma lei que é a base, para buscar a sustentabilidade ambiental o Brasil. Chegando à criação do Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA. O quantitativo de documentos gerados ao longo do tempo, traduzem também discussões e ajustes; priorização de ideias, abandono de outras; consensos, duelos. Foram responsáveis ainda, por definir um conceito de EA, na versão brasileira. Ele, o conceito, está registrado no site do MMA, sendo na verdade conceitos de alguns teóricos, mais proeminentes no Brasil, que conversam e que seus posicionamentos nem sempre são congruentes. A EA no Brasil assume a forma desses embates e diálogos. No campo da prática procura o caminho da transversalidade, da ebulição

de informações sobre o espaço natural e dos projetos, que tentam gerar produtos. Sua pedagogia oficial deve ser crítica. Mobiliza a interação de grupo sociais com suas questões ambientais regionais.

O ProNEA estabelece marcos para educadores ambientais, marcos legais e normativos. Sua criação tem como linha de ação os espaços Não Formais de ensino, permitindo a aplicação de um fazer cuja metodologia é própria dos espaços Formais, adaptada. Ele é um documento, reeditado de tempo em tempo, de consulta pública, que agrega pareceres da sociedade civil e de educador e educadora ambiental, na busca de ações efetivas e eficientes para os variados problemas ambientais que persistem.

O Programa Nacional de Educação Ambiental é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. (MMA, ProNEA, 3ª edição)

Busca integrar as demandas das comunidades, direcionamento de verbas e o complexo de diretrizes legais, aliando-as a Política Nacional de Educação Ambiental.

4 | EDUCOMUNICAÇÃO, PENSAMENTO CRÍTICO E TRANSVERSALIDADE

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”(Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º)

Ao considerar o significado em dicionários da palavra política, temos que uma ação política seria uma prática para oferecer um direcionamento, cercar, criar limites, conter. Permanecendo nessa linha de pensamento então, as especificidades do Brasil inferem, que as políticas pensadas geram grandes esforços de execução. População absoluta expressiva, de diferentes cultura e paisagens ricamente biodiversas. Fazer uma política pública para todo o país, trazendo soluções às questões socioambientais, sem ferir a individualidade de cada ecossistema brasileiro e com resultados satisfatórios. A Educomunicação é um mecanismo metodológico na tentativa de atender as particularidades geográficas do espaço brasileiro, sem ferir a intenção de gestão ambiental do Estado como um todo. O termo e seu conceito já eram conhecidos desde 1970. Aqui, esse conceito foi sublimado da Rio-92, tido como potencial possibilidade, dada a emergência de alcance na direção dos problemas ambientais que difamavam o país. Na primeira edição do texto do

ProNEA em 2005, já aparece a Educomunicação. Traduzindo, compreendamos o seguinte: em um país continental como o Brasil, como fazer para comunicar, uma gama de informações urgentes? A resposta, a Educomunicação, sendo um conjunto práticas pensadas para formar e desenvolver ecossistemas comunicativos. Um desses espaços comunicativos está materializado nas Salas Verdes, entre outros. Portanto, além de prestar contas pelo o que fora acordado em reuniões internacionais, era preciso tirar do papel sua política de gestão de território, via EA. O público alvo certamente a população em condição de vulnerabilidade ambiental. A intenção de criar elos de comunicação, difundir largamente um tipo de conhecimento entendido com fundamental formar/engajar cidadãos responsáveis por suas intervenções cotidianas no meio ambiente. A Priore, houve uma considerável disseminação de conceitos-chaves da ecologia. A Educomunicação é um conceito adaptado para a EA, carrega em sentido ontológico, o conceito de ecossistema. Seria uma espécie de ecossistema da comunicação e para manter vivo e saudável o sistema, basta nutri-lo. O MMA começa a difundir a partir de 2008 então, o conceito de Educomunicação Socioambiental.

A comunicação que usa todo recurso tecnológico disponível para disseminar o conhecimento acumulado na compreensão do ambiente humano, não pode ser vista como algo negativo. Claro, pensaríamos assim se não presenciássemos desperdícios de recursos materiais; imperícias; pouca qualificação em comunidades locais para gestão dos conflitos. Não é uma regra tal fato, mas ocorre mais que deveria.

Aspecto ainda da literatura da EA causador de debates demorados e inflamados é o diretamente ligado ao motivo pelo qual ela existe. O desenvolvimento econômico desejado com o industrialismo, desconsiderava totalmente a natureza e o homem em suas essências. O Brasil, pelo mesmo objetivo dos demais países, desmatou, poluiu, intoxicou, explorou, deu acesso as grandes empresas, mudou padrões. O desenvolvimento econômico chegou plenamente para alguns países capitalistas, apresentou-se incompleto para outros, havendo ainda um grupo, que sequer teve capital para iniciar o processo. Deste evento surge a dicotomia do desenvolvimento econômico e surgem os problemas ambientais também. Encontros internacionais com chefes de Estados economicamente desenvolvido, após a década de 1970 passaram a ser comuns, já com entendimento de que o modelo de desenvolvimento praticado até ali, não é sustentável. Para citar apenas duas posições antagônicas, há pleito de uma educação ambiental apenas para não exaurir os recursos naturais e outro, uma educação ambiental emancipadora, crítica, que traga para o debate o consumismo, a exploração de pessoas o risco ambiental.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos do seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar,

ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus achados (...) daquela que o levasse a procura da verdade em comum. (FREIRE, 1967, p.97)

Concluindo esta parte, os espaços de formação e as escolas, precisam parrear suas pedagogias a filosofia da EA que acreditam, uma formação aos atores sociais que estarão envolvidos é necessário que anteceda a ação. Esse espaço precisará escolher seus textos problematizadores, pensando em temas como trabalho, recursos naturais, dinheiro, indústria, solo, agricultura, e muitos outros, que como esses, construíram a vida que a sociedade mundial tem hoje. Ecologia é um tema também, mas não o mais importante, por isso, projetos em EA são interdisciplinares. Transdisciplinares pela necessidade de maior apropriação de ideias, das mais variadas Ciências, do senso comum, da filosofia. Oportunizando experimentar linguagens diversas, propiciando consciência e aprendizagem significativa.

5 | SALA VERDE: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

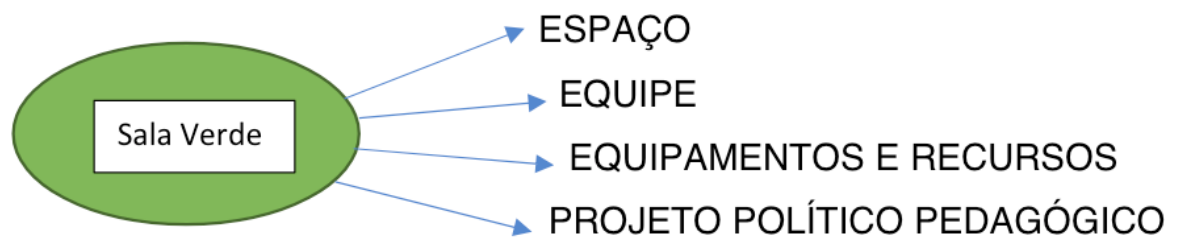
A Sala Verde é uma política pública do Ministério do Meio Ambiente, fomentada pela Linha de Ação Educomunicação do ProNEA. Ligada ao Departamento de Educação Ambiental – DEA e a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC, em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental, instituídas a partir do ano 2000. Idealizada como um espaço de Educação Ambiental e de possibilidades de interações entre atores sociais engajados com as questões emergentes da relação sociedade e meio ambiente, em uma área geográfica específica.

Sala Verde é um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática socioambiental e cultural, que visam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização e o pacto social, o fortalecimento de identidades grupais, levando à formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis (MMA-SAIC-DEA, 2017, p.1)

Local, a Priore, criado para o exercício dinâmico da EA em espaços Não Formais. Seu propósito está pautado na necessidade de se espalhar pelo Brasil centros de referências, que disponibilizem materiais diversos. Quando foi pensada, tinha caráter de biblioteca verde, para atender uma demanda que crescia de entidades e grupos organizados que procuravam o MMA para conseguir publicações, e assim, cientificar seus fazeres.

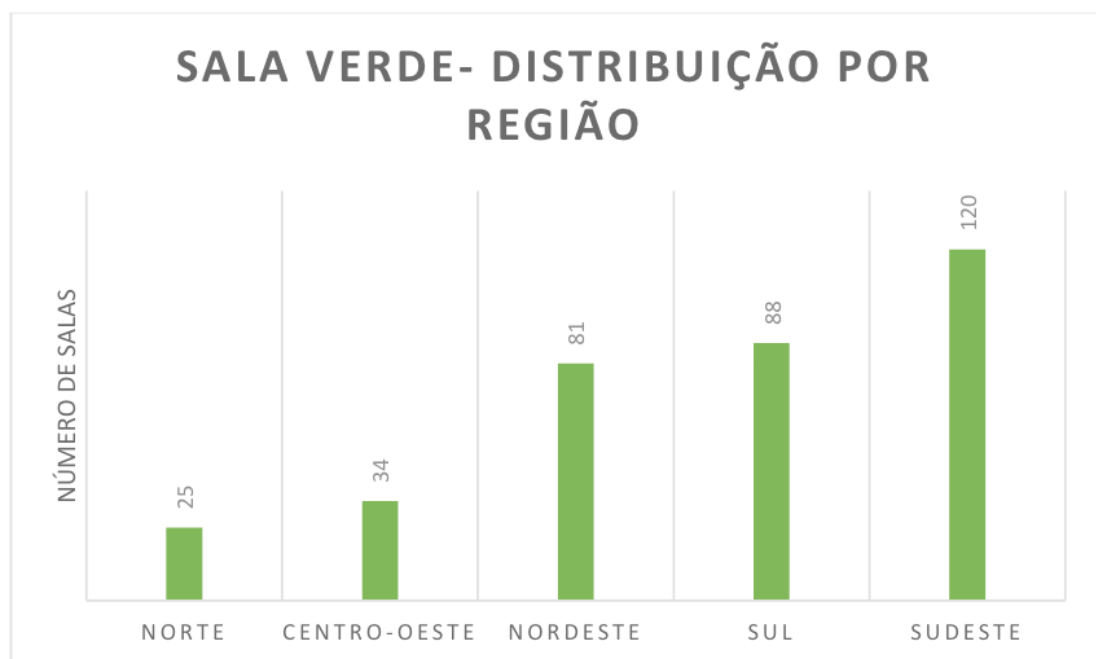
As Salas Verdes recebem a chancela do MMA_SAIC_DEA ao responderem a chamada pública e se submeter a seleção.

Os quatro elementos fundamentais das Salas Verdes



FONTE: MMA-SAIC-DEA

A Sala Verde é um ponto referencial criado para desenvolver a Educomunicação, já na seleção precisa construir um documento, que suficientemente a apresente como delimitadora de projetos, envolvimento com a comunidade local, sendo para essa, referência. Sempre está ligada a um ecossistema específico e ao mesmo tempo, uma situação-problema que envolva a população local, logo, cada Sala Verde é única. Até 2018 pelas macrorregiões brasileiras, estavam assim distribuídas as Salas Verdes:



Fonte: MMA-2018

5.1 Sala Verde Tapinhoã

A Prefeitura de Mesquita, RJ instituiu no ano de 2009 uma Política Municipal de Educação Ambiental, aumentando assim a demanda de tarefas da Sala Verde Tapinhoã, no mesmo município. A Tapinhoã recebeu o selo de Sala Verde em 2006, por ocasião da chamada pública para novas salas, mas a dinâmica de atendimento e suporte nos assuntos do meio ambiente, já existia. A equipe era uma referência de EA na cidade, desenvolvendo atendimentos aos catadores de resíduos sólidos

do município, prestando-lhes formação e serviços afins. Tanto o espaço, quanto os técnicos/ educadores ambientais são vinculados a Mesquita.

No dia 12 de abril de 2018 visitamos a Sala Verde Tapinhoã, sendo possível fazer melhor análise. O espaço físico ocupado tem entre 50- 60 metros quadrados, uma casa adaptada. Funcionando no mesmo lugar um outro segmento público, de secretaria diferente- Cultura. São ao todo três funcionárias: uma técnica em controle ambiental- IFRJ, uma gestora ambiental e uma educadora física, as duas primeiras mais antigas, mas todas plenamente envolvidas com a organização, capacitação, representação e demandas da Sala.

A Sala Verde é um ambiente direcionado a propagação de atividades de caráter educacional, voltado a assunto socioambiental e cultural, que objetivam contribuição e estimulação de discussões críticas, a organização e o pacto social e o fortalecimento de identidades grupais, garantindo a formação de cidadãos, mais informação, participação e dedicação para com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. (PPP- Sala Verde Tapinhoã- 2018).

O prédio onde funciona a Sala Verde fica em local de fácil acesso, é uma construção antiga, com farta condução e comércio, próximo à sede da Prefeitura da Cidade. O espaço é o Centro de Educação e Justiça Ambiental- CEJA. Possuem condição (espaço físico) para receber grupos de formação, acervo e materiais para funcionamento adequado, com computadores e demais recursos tecnológicos, por exemplo. Estão preparados para uma aula ou palestra no local ou fora.

Com a instituição da Política de EA no município, o trabalho que era pensado para a multiplicação de saberes aos grupos específicos na comunidade, teve que incluir também as escolas da região. A partir daí seu Projeto Político Pedagógico- PPP dispôs o atendimento também a esse público, sem incluir para isso algum outro profissional da esfera da educação Formal, como um pedagogo, ou professor.

A Sala Verde de Mesquita, RJ inicialmente teve justificada sua adesão ao Programa de Governo Federal, por duas razões principais: a emergência do poder público local assumir a gestão de coleta seletiva, intervindo com formação para os catadores de resíduos sólidos na cidade, possibilitando inclusive a oficialização de uma cooperativa de catadores. A segunda, por abrigar dois mil duzentos e sessenta e quatro hectares de uma Área Proteção Ambiental em área de divisa com outros três municípios- Nova Iguaçu, Nilópolis e Rio de Janeiro do ecossistema de Mata Atlântica. As pessoas são parte do meio ambiente, nele buscarão a sobrevivência, logo, tudo vira recurso. A biodiversidade da floresta em questão, fica, portanto, vulnerável a densa população, com variados indicadores socioeconômicos desfavoráveis nesse município da Baixada Fluminense. Não havendo intervenção do poder público, segue a degradação. Jacob (2003) atribui a EA a função de criação de novas posturas frente à escassez, novos estilos de vida e nova ética.

A Sala e o CEJA são segmentos complementares de iniciativa local (Mesquita), da Política Municipal de Educação Ambiental, estabelecida pelo Programa Municipal de Educação Ambiental. Envolvidas no Programa o Sistema Municipal de Meio Ambiente- SISMUNA, as instituições educacionais públicas e privadas, a sociedade civil organizada, que dialoga com EA (MESQUITA, 2009, art. 7º). Portanto, com vistas na Educação Formal e Não Formal. Na vigência até a presente data, capacitaram catadores de resíduos sólidos, formaram agentes dentro da própria prefeitura, contribuíram com formação para atores sociais, que buscavam atualização através de cursos e palestras. Seguindo um cronograma próprio, que consta em seu Projeto Político Pedagógico- PPP deram assistência às escolas públicas e privadas (alunos e professores) em suas atividades de EA. Como na V Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo o meio Ambiente. Toda dinâmica para a abordagem das instituições é planejada na Sala. Durante os eventos que promovem ou coparticipam, registram e ao final de cada ano encaminham um relatório ao Ministério do Meio Ambiente, obrigatoriamente.

6 | CONCLUSÃO

A Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil tem em si muitas possibilidades, para abrir espaços de emancipação. O Programa Nacional de Educação Ambiental em consonância com ela, traz uma forma de ação e metodologia para o espaço Não Formal próprios da escola. A apropriação do conceito de Educomunicação na educação ambiental, sintetiza muito bem sua estratégia. Ao longo do texto foi abordado o grau de complexidade para difundir uma política de alcance nacional, quando se trata de um país de território gigante, riquíssimo em diversidade biológica e plural em sua gente. A proposta de através da educação ambiental ter uma gestão do território, pode sim encurtar caminhos e formar para cidadania. As Linhas de Ações do ProNEA, apresentada nessa pesquisa apenas a Sala Verde, está estruturada para alcance de tal pleito. Ambiente para proporcionar educação, com circularidade de assuntos socioambientais, oferecidos a populações em situação de vulnerabilidade ambiental. A partir do momento que voluntariamente, mas ao mesmo tempo levados pela necessidade de sobrevivência, pessoas e grupos, procuram as Salas Verdes, para aprender sobre seu ambiente. Por ser ali que vivem, tem motivação suficiente para se apropriar de novos conhecimentos. Em seguida, agir no ambiente de forma a considerar as fragilidades do lugar. E perceber também as potencialidades e, assim, se emancipar. Na prática os homens e mulheres catadores de resíduos sólidos, quando chegam Sala Tapinhoã, em Mesquita buscam alternativas. A abordagem dos educadores ambientais que os acolhem e suas vivências pode entregar soluções prontas, tomadas de outros

lugares e deixá-los ir ou discutir àqueles elementos constitutivos que dão identidade local, conduzindo a reflexão. A proposta dos documentos oficiais é oportunizar pensamento crítico sobre a realidade, proposta essa bastante possível, notada a organização, a estrutura, as contribuições e caminhos interessantes de formação e informações relevantes no próprio site do MMA. A outra ponta desta mesma verdade a Sala, que pode contar com todo esse suporte, mas que terá o formato do município que estiver, melhor, expressa desigualdade, diferença entre os lugares. Colocado aqui como variável nesse processo de EA, não como desvantagem de ação pelas Salas. A diferença corrobora um dado, posto nos documentos que definem as Salas como únicas, a dinâmica de EA, pode começar dessa diferença, portanto, o que é bem interessante do ponto de vista pedagógico. Se fosse um espaço com todo recurso, subtrairia, algumas lições necessárias na EA. Dotado do valor agregado nos seus frequentadores, e carentes da justiça social. Pronto, não há assim, como não acontecer Educação Ambiental nesse lugar. A singularidade dos lugares, suas gentes e a possibilidade de gestão de território através do conhecimento, essa é a proposta de EA, na Política de Educação Ambiental do Brasil, é, a prática de EA, dimensionada na Sala Verde Tapinhoã.

REFERÊNCIAS

MANCINI, A.A. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2005. Academia.edu

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional. **Diretrizes Curriculares**. Brasília: 2013.

BRASIL. **Lei nº 9795**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999.

BRASIL. **LDB nº 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Decreto nº 91. 145**. Cria o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e dá outras providências. Brasília: 1985.

BRASIL. **Lei nº 8490**. Dispõe sobre a organização da presidência da república e dos ministérios e dá outras providências. Brasília: 1992.

CAPRA, F. **Teias da vida**. Editora Cultrix, 1996.

Ruscheinsky, A. (org.), **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOUREIRO, C. F. B., LAYLARGUES, P. P. e CASTRO, R. S., (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Editora Paz e Terra, RJ, 1967.

JACOB, P. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cad. Pequi., São Paulo, n. 118, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

MESQUITA. **Lei nº601**. Institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências. Mesquita, RJ. 2009.

MESQUITA. **Projeto Político Pedagógico- PPP**. Centro de Justiça Ambiental- CEJA, RJ, 2018.

SORRENTINO, M. **Educação Ambiental como política pública**. In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299, maio/agosto, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 127, 175, 237, 324, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Ambientes virtuais 131, 133, 140, 167, 174

Analogias 113, 114, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 277

Átomos 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 126, 127

B

Brinquedo 158, 161, 162, 164, 294

C

Capitalismo 12, 67, 95, 99, 101

Cartografia 54, 56, 57, 62, 65, 67

Criança 1, 2, 3, 4, 6, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 68, 69, 70, 72, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 111, 112, 133, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 184, 200, 203, 204, 205, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 299, 305, 306, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

D

Desenvolvimento profissional 129, 301

E

Educação a distância 15, 113, 134, 141, 142, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 273, 274, 285

Educação de qualidade 9, 26, 28, 49

Educação inclusiva adaptação curricular 21

Educação infantil 4, 14, 46, 69, 70, 71, 73, 74, 78, 158, 159, 160, 165, 166

Educação profissional 143, 144, 145, 146, 147, 148, 155, 156, 157, 237, 314, 322, 323

Ensino de química 113, 117, 118, 127, 128, 263, 267, 268, 269, 270, 272

Escrita 12, 13, 16, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 110, 120, 135, 151, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Estágios morais 95, 101, 102, 103

Estratégia 3, 4, 7, 8, 53, 117, 167, 214, 236, 320

Exclusão 45, 99, 101, 104, 105, 110, 184, 189, 198, 221, 229, 326, 327

F

Formação de professores 32, 43, 48, 143, 144, 146, 147, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 185, 252, 284, 285, 301, 305, 306, 311

Formação em serviço 9, 11, 16, 17

G

Gênero 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 191, 217

Gestão democrática 75, 76, 77, 84, 85, 89, 94

I

Inclusão 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 49, 80, 99, 105, 106, 121, 155, 184, 196, 203, 210, 221, 230, 237, 241, 267, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 309

Infância 8, 12, 22, 37, 63, 67, 68, 95, 96, 97, 98, 100, 104, 159, 166, 240, 289

L

Leitura 11, 12, 25, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 76, 83, 89, 107, 110, 121, 122, 137, 146, 211, 212, 217, 223, 257, 278, 324, 329, 330, 333, 334, 335, 336

Letramento 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 324, 326, 327, 329, 331

Linearidade 75, 85, 88

M

Mídias sociais 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Modelo quântico 113, 119, 122

P

Paulo Freire 36, 69, 70, 71, 109, 276

Pesquisas em educação e artes 54

Planejamento escolar 28, 75

Políticas de formação continuada 9

Políticas públicas 1, 11, 12, 15, 16, 32, 105, 169, 184, 185, 189, 191, 195, 198, 226, 230, 240, 250, 251, 252, 264, 270, 271, 315, 318, 319

Práticas de uso 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Práticas docentes 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 150, 283

Professora – tia 69

R

Regimento escolar 75, 77

S

Saúde na escola 1, 3, 4, 6, 7

T

Tecnológica 78, 93, 127, 143, 144, 145, 146, 147, 156, 157, 254, 262, 265, 266, 269, 276, 314, 315, 317, 323

Transtorno do espectro autista 20, 21, 22, 23, 33, 286, 287, 288

 **Atena**
Editora

2 0 2 0